

DESOBEDECER E DE(S)COLONIZAR: REFLEXÕES DE TRANSGRESSÃO EPISTÊMICA PARA VALORIZAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS E NEGROS

*Andrisson Ferreira da Silva*¹

RESUMO

O presente ensaio é uma reflexão que segue um rápido percurso de debates teóricos e um convite para “aprender a desaprender”, no caminho da transgressão da colonialidade em suas diversas formas de disseminação. Busca-se visualizar a subjugação das populações negras e indígenas pela modernidade e a dominação dos corpos inferiorizados pela ótica branca. O aporte central está em Mignolo (2007), versando acerca da desobediência epistêmica, Quijano (2009) sobre a colonialidade do poder, e Fanon (1968) sobre o racismo e suas interferências nos colonizados. Os autores ajudam a pensar as colonialidades e as subtrações das discriminações nas ontologias enegrecidas e indianizadas. O resultado é uma proposta de sensibilidade, para desobedecer a ordem de dominação das epistemologias, a fim de entrever na ação-reflexão a valorização dos negros e indígenas, no Brasil e na Amazônia, nos territórios dos massacres (a)ocidentais e buscando romper com o saber eurocentrado que infere amarras de silenciamentos nas suas anatomias.

PALAVRAS-CHAVE: Colonialidades. Desobediência epistêmica. Raça.

DISOBEY AND DE(S)COLONIZE: REFLECTIONS ON EPISTEMIC TRANSGRESSION FOR VALUING INDIGENOUS AND BLACK PEOPLE

ABSTRACT

The present essay is a reflection that follows a quick path of theoretical debates and an invitation to "learn to unlearn", on the path of transgression of coloniality in its various forms of dissemination. It seeks to visualize the subjugation of black and indigenous populations by modernity and the domination of inferiorized bodies by white optics. The central contribution is in Mignolo (2007), about epistemic disobedience, Quijano (2009) about the coloniality of power, and Fanon (1968) about racism and its interference in the colonized. The authors help to think about colonialities and the subtractions of discriminations in blackened and Indianized ontologies. The result is a proposal of sensibility, to disobey the order of domination of epistemologies, in order to glimpse in action-reflection the valorization of black and indigenous people, in Brazil and in the Amazon, in the

¹ Graduando do curso de Licenciatura em História pela Universidade Federal do Acre (Ufac). Foi bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (Pibid). Atua como bolsista no laboratório Observatório de Discriminação Racial (ODR/Ufac), é pesquisador do Programa de Iniciação Científica Voluntária (Pivic) no projeto "Representações dos povos indígenas do Acre nas plataformas digitais brasileiras" e integrante dos Grupos de Pesquisa GPPCDH: "O processo de construção do docente em história"; "Gênero, Decolonialidade, Culturas Indígenas e Afro-Brasileira" e do grupo "Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (Neabi/Ufac)". É integrante da Associação Brasileira de Pesquisadores Negros e Negras (ABPN). Faz parte do programa de Residência Pedagógica em História e tem experiência com a temática das relações étnico-raciais articulado à Lei 10.639/2003. Atualmente é bolsista no projeto "Educação para as Relações étnico-raciais" desenvolvido a partir do Programa de Desenvolvimento para as Nações Unidas - PNUD, e pela Secretaria de Políticas de Promoção de Igualdade Racial - Seppir. Atua como Editor Gerente na Revista Em Favor de Igualdade Racial (Refir) e também no corpo editorial técnico da Revista Das Amazônias - revista discente de História da Ufac.

territories of (a)western massacres and seeking to break with the Eurocentered knowledge that infers silencing chains in their anatomies.

KEYWORDS: Colonialities. Epistemic disobedience. Race.

Precisamos aprender a desaprender e aprender a reaprender a cada passo (Mignolo, 2007).

Uma das sensações que traz o aprendizado é a certeza. Quando alguém esforça-se para possuir determinado conhecimento e por fim o detém, o prazer de dominar algum código seguramente é um regozijo. Mas, há um problema: e quando a nossa certeza de saber, no sentido epistemológico, está estruturada em um saber eurocentrado e universalista? Desse modo, desaprender, quando se detém um conhecimento-razão, é tarefa difícil.

Estamos há mais de quinhentos anos produzindo-reproduzindo formas de dominação e colonização, presente na categorização patrão (homem branco) ou escravizado (negro ou indígena). Mais de meio milênio em que negamos nossas identidades, nossas cosmologias, nossas línguas, nossa história, e não rompemos com as formas de subalternização ao universalismo branco, mas modernizamos, a cada dia, e vamos sucumbindo aos trâmites de subjugação ao patriarcado. Vamos no caminho da supressão, na cartografia da dualidade: civilizados *versus* selvagens – onde nós, do sul global, somos os selvagens.

Certamente, a marca da classificação racial é uma ferida histórica e não cicatrizada. A cicatrização do genocídio e do epistemicídio dos africanos aos americanos, consequentemente afro-americanos e afro-indígenas, bem como aos resultantes das miscigenações que também foram e são grande alvo de discriminação, não se fez porque os reparos históricos são pequenos mediante a objetificação e dominação dos corpos indígenas e negros durante muito tempo. E, a exemplo das populações negras, há pouco mais de 130 anos, em 1888, foi assinada sua “liberdade”. Os povos indígenas, somente em 1988, tiveram resguardados de forma efetiva os seus direitos pela Constituição Federal vigente até a nossa atualidade, e estão, novamente, sob grave risco, se houver a aprovação do Marco Temporal, pelo qual tramita o Projeto de Lei (PL 490).

As feridas estão abertas pois o número de negros nos serviços subalternizados é alto, se comparado aos brancos trabalhando em coletas de lixo, serviços domésticos, trabalhadores informais, pedreiros, etc. (IPEA, 2011). As universidades ainda não são acessíveis às comunidades indígenas, quilombolas, ribeirinhas (fortemente negras ou indígenas) como deveriam, mesmo através do avançar das Políticas de Ações Afirmativas (PAA).

Ademais, quando há o acesso, as dificuldades para permanência no ensino superior são consideráveis, inviabilizando permanência e formações dessas populações desfalcadas e minorizadas politicamente. Mas não é por acaso, o racismo estrutural que fortalece a sociedade em seus atos discriminatórios corrobora para a elitização histórica da academia, em tempos passados, acessível somente aos filhos dos homens brancos compositores da elite brasileira.

Certamente o pensamento descolonial e decolonial, onde o primeiro conceito propõe ir contra o colonialismo e seus engendramentos, e o segundo afronta a colonialidade e sua estrutura – produto da modernidade, são uma via espinhosa quando pensamos em seguir trajetórias que desobedeçam a ordem histórica patriarcal de poder eurocêntrica. Olhar para o cotidiano é perceber que a classificação racial não é resquício, mas é um grande *iceberg* nas relações sociais, e é preciso desobediência epistêmica para enxergar por uma ótica de(s)colonial – aqui me asseguro em Mignolo (2008).

Nesse sentido, um dos produtos da modernidade é a colonialidade do poder. Como romper com esta? Quijano assevera que na América Latina a ideia de raça foi fortalecendo a superioridade de uns e a inferioridade de outros (QUIJANO, 2005). Como já sabemos, esta ideia não é obsoleta, mesmo que no contexto científico a Declaração Universal dos Direitos Humanos afirmou a existência de uma só raça, a raça humana (UNESCO, 1948).

A racialização do corpo foi engendrando nas Américas um verdadeiro exercício para controle ontológico e epistêmico. Controle dos corpos, agora enegrecidos e indianizados. Fanon (1968), um filósofo martinicano e naturalizado na Argélia, já destacava que os negros nunca foram tão negros desde a chegada do homem branco ao continente africano. Isto é classificação racial! Colonialidade do poder para dominação e, certamente, o autóctone nunca foi índio, sua identidade racializada partiu do outro. Daqueles que vieram nomeando o que já tinha identidade.

Neide Gondim, em a “Invenção da Amazônia”, alerta que os europeus vinham com uma visão edênica de nomeação. Assim como Adão no paraíso nomeou os animais, as plantas, toda a natureza, e se sobrepunha a ela, estes homens ocidentais garantiam sua soberania sobre o meio em que estavam

nomeando o *Mundus Novus* (GONDIM, 1994). O grego e o latim eram línguas de manutenção de um etnocentrismo demarcado na opressão das línguas indígenas.

Mas, ir contra a colonialidade do poder, conforme assegurou Quijano desenrolando este conceito, é ir contra um regime eurocentrado de pensar o mundo. Onde o desenvolvimento de progresso histórico de pensamento está recluso principalmente ao homem branco ocidental que reivindica a modernidade para manutenção de seu patriarcado.

Como vencer a condenação, a exclusão da colonialidade? Fanon (2008) já nos aludia a repressão branca em suas formas diversas de coação. Um homem negro que compreendia o seu lugar de fala, pois enfrentava desde cedo as interferências do racismo na procura da deslegitimação de sua identidade humana. Fanon advertiu em sua obra “Peles negras, máscaras brancas” o sofrimento da classificação racial:

“Olhe, um preto!” Era um *stimulus* externo, me futucando quando eu passava. Eu esboçava um sorriso. “Olhe, um preto!” É verdade, eu me divertia. “Olhe, um preto!” O círculo fechava-se pouco a pouco. Eu me divertia abertamente. “Mamãe, olhe o preto, estou com medo!” Medo! Medo! E começavam a me temer. Quis gargalhar até sufocar, mas isso tornou-se impossível (FANON, 2008, p.105).

As marcas de um racismo que atravessou gerações e condenou corpos estão visíveis nas letras redigidas por Fanon. O racismo, a colonialidade, o poder patriarcal sufocou muitos homens e mulheres negros e negras e indígenas nas cartografias fronteiriças da modernidade.

Ir contra o epistemicídio, forma de morte aos conhecimentos dos inferiorizados e contra a colonialidade do poder é também prezar por uma ecologia de saberes. Todo saber tem sua importância, bem como enfatizou Boaventura de Sousa Santos (2009). Estariam os povos indígenas isentos de conhecimentos por não serem letrados na lógica universalista branca? São a-históricos como um dia destacou Hegel (MUNANGA, 2015) e infantis como enfatizou o Conde Buffon no século XVIII (SHWARCZ, 1993)?

Ignorar as epistemologias indígenas é compactuar com a colonialidade. Nesse sentido, outra forma de compactuação com a colonialidade é o termo “índio”, bem como alerta o antropólogo Viveiro de Castro (CASTRO, 2016). O termo generaliza os povos indígenas e desrespeita sua diversidade étnica e linguística, assim como os africanos foram reduzidos a “negros”. É reduzir, é suprimir. Dizer “índio” é desrespeitar, por exemplo, o território acreano e os seus mais de 16 povos, entre eles os Shanenawa, os Huni Kui, os Manchineri, os Poyanawas, os Ashaninkas, e diversos outros povos com suas diversidades linguísticas e culturais.

Povos estes que lutam por seus territórios sagrados, por sua ancestralidade. No livro “A queda do céu: Palavras de um xamã yanomami”, David Kopenawa relata sua vivência e anseios na luta por suas terras:

Não queremos que nossa floresta seja destruída e que os brancos acabem nos cedendo apenas pequenos pedaços dispersos do que irá sobrar de nossa própria terra! Nessas sobras de floresta doente com rios lamacentos, logo não vai haver caça nem peixes, nem vento nem frescor. Todo o valor de fertilidade da floresta terá ido embora. Os xapiri não querem nos ver vivendo em cacos de floresta, e sim numa grande floresta inteira. Não quero que os meus morem num resto de floresta, nem que nos tornemos restos de seres humanos (KOPENAWA & ALBERT, 2015, p. 485).

Para os indígenas, corpo e natureza são um só. A eles a lógica dualista não é impregnada, pois o ecossistema é um todo e um só. Inclusive nós, enquanto seres humanos, não estamos desintegrados da terra, da natureza.

É preciso desobedecer, descolonizar, tecer caminhos interculturais e interdisciplinares para o combate, a subversão dos currículos, dos saberes eurocentrados e hegemônicos. É uma desobediência epistêmica para rompimento da colonialidade de poder.

Descolonizar e desobedecer é uma ação emergente e que fortalece a luta em defesa da terra, das epistemologias ancestrais, das culturas indígenas ou negras, e que compõem as cartografias amazônicas, territórios-subprodutos do colonialato². A Amazônia, em suas simbologias e cosmovisões de seus povos, não é um território inóspito e tampouco é a narrativa branca – que uma hora aludia ao paraíso, outrora ao inferno. Pelo contrário, é uma floresta histórica e de história(s), habitada e viva. E, apesar de a lógica da subalternização ter afetado grandemente os corpos e mentes dos habitantes da floresta e até mesmo das cidades desses recantos, a educação e a produção e divulgação de conhecimento é uma forte ferramenta para enfrentamento da colonização do ser, do poder e do saber, que nesse caso já são outras formas de colonialidade estudadas pelos teóricos decoloniais.

É preciso desobedecer epistemicamente aos que sempre impuseram regras para seus benefícios e controle de nossas anatomias em detrimento de nossas identidades. A importância dos povos indígenas e negros, e todas as populações do cenário amazônico não pode ser medida pela métrica colonial que tanto os minorizou. Esse texto, caro leitor ou leitora, foi uma rápida reflexão que não deu conta de explicitar sobre vários conceitos por conta de sua extensão, mas as poucas palavras aqui

² O termo “colonialato” é utilizado por Neide Gondim em sua obra “A invenção da Amazônia”, cunhado para explicar o modelo organizacional do colonialismo.

redigidas, me asseguram um alento, na possibilidade de que tenha contribuído a pensar-transgredir contra as amarras coloniais. É preciso desobedecer para de(s)colonizar as relações de vida humana.

REFERÊNCIAS

CASTRO, Eduardo Viveiros de. **Povos Indígenas: Os involuntários da pátria**. 2016. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/185-noticias/noticias-2016/554056-povos-indigenas-os-involuntarios-da-patria>. Acesso em: 09 de nov. 2020.

FANON, Frantz. **Os condenados da Terra**. Rio de Janeiro: Editora civilização brasileira S. A., 1968.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Rio de Janeiro: Fator, 1980.

GONDIM, Neide. **A Invenção da Amazônia**, São Paulo, Marco Zero, 1994.

IPEA. **Retrato das desigualdades de gênero e raça** / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – Ipea; ONU Mulheres; Secretaria de Políticas para as Mulheres – SPM; Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial – SEPIR. 4ª ed. Brasília: 2011.

KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. **A queda do céu: Palavras de um xamã yanomami**. São Paulo: Cia das Letras, 2015.

MIGNOLO, Walter. Desobediência epistêmica: A opção descolonial e o significado de identidade em política. Traduzido por: Ângela Lopes Norte. **Cadernos de Letras da UFF – Dossiê: Literatura, língua e identidade**, n. 34, p. 287-324, 2008.

MUNANGA, Kabengele. **Por que ensinar a história da África e do negro no Brasil de hoje?** Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, São Paulo, n. 62, p. 20-31, dez. 2015. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0020-38742015000300020&script=sci_arttext&tlng=pt. Acesso em 13 nov. 2019.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. In: **A colonialidade do poder, eurocentrismo e ciências sociais**. Perspectivas latino-americanas. Clacso, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2005. Disponível em: http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_QUIJANO.pdf. Acesso em: 1 mai. 2021.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do Pensamento Abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. In: SANTOS, Boaventura de Sousa, MENESES, Maria de Paula (org.). **Epistemologia do Sul**. Coimbra: Edições Almedina SA, 2009.

SCHWARCZ, Lília Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930.** São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

UNESCO. **Declaração Universal dos Direitos Humanos.** 1948. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001394/139423por.pdf>. Acesso em: 07 dez. 2019.

Data de submissão: 17/08/2021
Data de aprovação: 28/09/2021